



Para uma análise integrada do discurso argumentativo: um protocolo retórico-problematológico em seis etapas

Ibiraci de Alencar Chagas

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Brasil

orcid.org/0000-0002-1693-2465

Isabel Cristina Michelin de Azevedo

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil

orcid.org/0000-0002-5293-0168

O artigo propõe o Protocolo Retórico-Problematológico de Análise do Discurso (PROPAD), uma formulação metodológica original estruturada em seis etapas, desenvolvida a partir da problematologia de Michel Meyer, em diálogo com a Nova Retórica e com a Análise do Discurso de inspiração crítica, e fundada no princípio de que todo discurso constitui uma resposta a uma questão subjacente. O PROPAD organiza o percurso analítico em seis operações: (1) reconstrução do problema-motriz do discurso; (2) identificação do regime de racionalidade que governa a passagem da questão à resposta; (3) análise da pertinência externa ou ético-pragmática; (4) exame da pertinência interna ou retórico-formal; (5) avaliação da pertinência simbólica; e (6) interpretação da pertinência ideológica. A aplicação do protocolo ao comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom), de 29 de janeiro de 2025, evidencia sua utilidade heurística ao mostrar como discursos institucionais administram problemas públicos e estabilizam sentidos.

Palavras-chave: Problematologia; Análise do discurso; Retórica; Discurso institucional.

Para un análisis integrado del discurso argumentativo: un protocolo retórico-problematológico en seis etapas

El artículo propone el Protocolo Retórico-Problematológico de Análisis del Discurso (PROPAD), una formulación original estructurada en seis etapas, desarrollada a partir de la problematología de Michel Meyer, en diálogo con la Nueva Retórica y con el Análisis del Discurso de inspiración crítica, y fundamentada en el principio de que todo discurso constituye una respuesta a una cuestión subyacente. El PROPAD organiza el recorrido analítico en seis operaciones: (1) reconstrucción del problema motor; (2) identificación del régimen de racionalidad que gobierna el paso de la cuestión a la respuesta; (3) análisis de la pertinencia externa o ético-pragmática; (4) examen de la pertinencia interna o retórico-formal; (5) evaluación de la pertinencia simbólica; y (6) interpretación de la pertinencia ideológica. La aplicación al comunicado del Comité de Política Monetaria (Copom), del 29 de enero de 2025, evidencia su utilidad heurística al mostrar cómo los discursos institucionales administran problemas públicos y estabilizan sentidos.

Palabras clave: Problematología; Análisis del discurso; Retórica; Discurso institucional.

Toward an Integrated Analysis of Argumentative Discourse: A Rhetorical-Problematological Protocol in Six Steps

The article proposes the Rhetorical-Problematological Protocol for Discourse Analysis (PROPAD), an original methodological framework structured into six stages, developed from Michel Meyer's problematology in dialogue with the New Rhetoric and critically oriented Discourse Analysis, and grounded in the principle that every discourse constitutes a response to an underlying question. The PROPAD organizes the analytical procedure into six operations: (1) reconstruction of the discourse's driving problem;

(2) identification of the regime of rationality governing the transition from question to response; (3) analysis of external or ethical-pragmatic pertinence; (4) examination of internal or rhetorical-formal pertinence; (5) assessment of symbolic pertinence; and (6) interpretation of ideological pertinence. The application of the protocol to the statement issued by the Monetary Policy Committee (Copom) on January 29, 2025, demonstrates its heuristic value by showing how institutional discourses manage public problems and stabilize meanings.

Keywords: Problematology; Discourse analysis; Rhetoric; Institutional discourse.

Introdução

O campo dos estudos da argumentação e o da análise do discurso compartilham, na contemporaneidade, uma premissa fundamental: o dizer não é apenas uma transmissão de informações, mas uma intervenção estratégica em uma situação de incerteza interpretativa e decisória. Porém, o analista do discurso frequentemente se depara com uma fragmentação metodológica: de um lado, abordagens que privilegiam a microestrutura lógico-argumentativa, concentrando-se na arquitetura dos argumentos e em seus encadeamentos inferenciais; de outro, perspectivas que se voltam à macroestrutura sociopolítica e à forma como os enunciados se articulam a regimes de saber e de autoridade, produzindo efeitos de poder na ordenação do mundo social. Entre esses dois polos, a dimensão propriamente interrogativa e problematizadora do discurso — seu motor interno — pode escapar à investigação sistemática. O desafio que se impõe, portanto, é o de realizar uma análise integrada, capaz de articular a reconstrução do problema que motiva o discurso, a descrição da racionalidade que o organiza e a avaliação crítica de seus efeitos — sejam eles pragmáticos, simbólicos ou ideológicos.

Diante disso, o presente artigo propõe enfrentar esse desafio e apontar uma alternativa denominada de Protocolo Retórico-Problematológico de Análise do Discurso (PROPAD). A fundamentação teórica desse instrumento reside na Problematologia de Michel Meyer, que desloca o eixo da análise linguística da proposição para a relação questão-resposta. Ao conceber o discurso argumentativo como resposta a um problema, busca-se oferecer um quadro analítico que permita rastrear como a linguagem administra essa tensão interrogativa. A originalidade da proposta não reside apenas na adoção da Problematologia como núcleo integrador — o que permite compreender o discurso como resposta a um problema e como operação de abertura ou fechamento do sentido —, mas na articulação sistemática dessa perspectiva com a Nova Retórica, que fornece um instrumental para analisar a modulação retórica dessa operação, e com a Análise do Discurso, que possibilita a

crítica dos efeitos ideológicos de naturalização implicados nessa gestão do problemático.

Com base nesses fundamentos, propõe-se, neste artigo, uma arquitetura metodológica original, denominada Protocolo Retórico-Problematológico de Análise do Discurso. Embora derive da concepção meyeriana do discurso como relação entre questão e resposta, sua organização em dois movimentos e seis etapas não corresponde a um modelo formulado por Meyer, mas a uma elaboração autoral destinada a converter princípios problematológicos, retóricos e discursivo-críticos em procedimentos sistemáticos de análise. O protocolo organiza-se em dois grandes movimentos complementares:

I. Movimento Reconstrutivo: a arqueologia do questionamento

Nesta fase, realiza-se aquilo que denominamos uma arqueologia do questionamento: a reconstrução, a partir da resposta manifesta, da questão implícita que a sustenta e que sua forma declarativa tende a recobrir, conforme o procedimento problematológico desenvolvido por Meyer e Cushman (1982) e Meyer (1995a). O objetivo é explicitar a arquitetura interrogativa subjacente à superfície textual.

- Etapa 1 — Reconstrução do problema-motriz: Dedicar-se à reconstrução do problema-motriz, o que envolve identificar a questão que o discurso enfrenta e o contexto de incerteza que a torna relevante;
- Etapa 2 — Diagnóstico da operação dominante: conjunção, disjunção ou regime híbrido: Focaliza a operação dominante do discurso, diagnosticando se ele regula o campo interrogativo por meio de movimentos de conjunção — que tendem a reduzir a distância entre questão e resposta, promovendo um fechamento estabilizador do problema — ou de disjunção — que tendem a ampliar essa distância, produzindo uma abertura exploratória e reconfiguradora do questionamento.

II. Movimento Avaliativo-Crítico: a economia do sentido

As etapas subsequentes analisam a eficácia e os impactos do discurso por meio de quatro categorias de pertinência, que traduzem a racionalidade problematológica em critérios de análise crítica:

- Etapa 3 — Pertinência externa: dimensão ético-pragmática: avalia a adequação do discurso aos auditórios e às exigências ético-pragmáticas da situação enunciativa;
- Etapa 4 — Pertinência interna: dimensão retórico-formal: examina a coerência retórica, a regulação textual da passagem entre o questionamento e a resposta, bem como as formas de composição de implícitos;
- Etapa 5 — Pertinência simbólica: reconfiguração do sentido: investiga a capacidade do discurso de reconfigurar os marcos de significação e criar novos enquadramentos para o problema;
- Etapa 6 — Pertinência ideológica: refreamento ou reabertura do naturalizado: Propõe uma crítica sobre o grau de resistência ou adesão do discurso às doxas e aos processos de naturalização e ocultamento do questionamento social.

O protocolo é operacionalizado por meio de objetivos, indicadores e perguntas-guia, culminando em sua aplicação a um corpus discursivo institucional. O artigo estrutura-se em três seções complementares: inicialmente, discute-se a relação questão-resposta à luz da Problematologia; em seguida, explicitam-se os fundamentos e procedimentos metodológicos; por fim, apresentam-se os dois movimentos do PROPAD, que compreendem as seis etapas constitutivas desenvolvidas a partir da análise do Comunicado do Comitê de Política Monetária, divulgado em 29 de janeiro de 2025.

1. Fundamentação Teórica: o primado da relação questão-resposta

Se a introdução diagnosticou a fragmentação analítica e apresentou o PROPAD como solução, esta seção tem a função de desmontar essa fragmentação pela raiz, oferecendo um novo princípio unificador. O protocolo proposto não é uma mera justaposição de técnicas, mas deriva de uma reorientação teórica radical sobre a natureza do discurso. Essa reorientação encontra seu núcleo na Problematologia de Michel Meyer.

1.1 A virada problematológica: do dado ao interrogado

Segundo Meyer (1995a), a tradição ocidental do pensamento privilegiou historicamente a resposta — a proposição assertiva, o juízo verdadeiro — como unidade fundamental da linguagem e da lógica. A questão foi relegada ao estatuto de um estágio preliminar, um instrumento retórico ou pedagógico, sempre em vista de uma resposta que a suplantaria. A virada problematológica inverte esse primado (Meyer, 1995a). Para Meyer, a atividade humana fundamental, da qual o discurso é a expressão por excelência, é o questionamento. Todo discurso, portanto, surge como uma resposta a um problema, a um déficit, a uma tensão no campo do sentido. O dizer não é a exibição de um conteúdo proposicional preexistente, mas um ato de administração de uma incerteza. Essa premissa redefine completamente o objeto da análise: não mais um texto enquanto conjunto de afirmações, mas um texto enquanto gesto de tratamento de uma questão¹.

1.2 Problema, questão e pergunta: distinção conceitual operatória

Embora os termos “problema”, “questão” e “pergunta” sejam frequentemente usados como equivalentes, eles designam, para fins operacionais deste protocolo, níveis distintos de configuração do sentido²:

- O **problema** refere-se à tensão interpretativa ou ao déficit de sentido que antecede e convoca o discurso — uma situação de indeterminação que exige um tratamento que estabelece a relação entre um tópico e sua predicação;
- A **questão** é a formalização discursiva desse déficit sob a forma de um eixo de relevância, ou seja, o modo como o problema é enquadrado como algo passível de deliberação, por isso decorre da definição do que está em questão e do que está fora-de-questão;

¹ A esse respeito, Meyer (2010, n.p.) observa: “en redéfinissant la pensée à partir du questionnement, le couple question-réponse devient l'unité de base de la pensée et de la raison. Fini le monopole accordé à la proposition, au jugement, qui, en semblant ne se soutenir que de soi-même, ne répondait à rien, comme si nos jugements se déployaient sous le coup d'une nécessité interne, implicite et mystérieuse, qu'on n'aurait qu'à retrouver et à exprimer. Or, si nous parlons, si nous pensons, n'est-ce pas parce que nous avons une question en tête, et par-delà cette question, des problèmes à résoudre ? Penser, qu'on le veuille ou non, c'est questionner.”

² Meyer não estabelece explicitamente uma distinção terminológica entre problema, questão e pergunta. A diferenciação aqui proposta foi desenvolvida de modo independente no âmbito desta pesquisa. Sua formulação final beneficiou-se, contudo, do diálogo com uma sistematização convergente apresentada por Jameson Thiago Farias Silva na aula “A diferença problematológica”, integrante do minicurso *Problematologia: linguagem, argumentação e retórica*, em 2025.

- A **pergunta** corresponde ao ato enunciativo explícito que tematiza a questão, podendo ou não aparecer na superfície textual.

Eis um exemplo: diante de um conflito de valores (problema), um discurso pode configurar a questão nos seguintes termos: “como conciliar liberdade e segurança?”. Essa questão pode ser tematizada por uma pergunta explícita (“Como se articulam liberdade individual e exigências de segurança no interior da forma estatal?”) ou permanecer implícita, mesmo quando o discurso apresenta diretamente uma resposta (“A nova lei restabelece a ordem necessária à convivência democrática”), buscando encerrar o campo interrogativo que a originou. Assim, todo discurso responde a um problema e a uma questão, mesmo quando nenhuma pergunta é formulada literalmente. Essa distinção não é apenas terminológica: ela fundamenta o movimento reconstrutivo do PROPAD, que toma o discurso não como coleção de proposições, mas como modo de administração de um problema mediante a configuração de uma questão e a produção de uma resposta.

1.3 Conceitos-chave para uma análise do questionamento

Esse deslocamento permite compreender que a forma aparentemente conclusiva do discurso — sua apresentação como constatação ou tese — mascara, em grande medida, a questão que o motiva. A resposta tende, assim, a reduzir a visibilidade do problemático, convertendo em evidência aquilo que, em sua origem, constituía objeto de questionamento. No âmbito deste protocolo, essa operação é compreendida como um apagamento interrogativo característico da orientação declarativa do discurso.

Desse princípio derivam três noções operacionais centrais para este protocolo. A primeira é a distância interrogativa — categoria operacional aqui também denominada “distância retórica” —, que designa o hiato entre a questão, compreendida como abertura do problema, e a resposta, concebida como tentativa de fechamento. Como nenhuma resposta esgota inteiramente a questão, permanece uma incompletude que constitui o espaço próprio da retórica e da argumentação. A segunda é o ocultamento da questão pela resposta — operação que Meyer denomina *refoulement problématique* (Meyer, 2012) —, da qual decorre a tarefa arqueológica da análise problematológica: escavar sob a superfície das afirmações para recuperar a interrogação soterrada. A terceira é a dinâmica entre conjunção e disjunção, entendidas como regimes de racionalidade opostos e complementares. A conjunção tende a reduzir a distância retórica, fechando a questão de modo assertivo

e tendencialmente conclusivo e promovendo um movimento de identidade; a disjunção, por sua vez, tende a ampliar essa distância, preservando o caráter problemático da questão e abrindo-a à reflexão e à diferença. Esses regimes não constituem meros estilos discursivos, mas formas fundamentais de organizar o sentido e a relação com o outro.

Empregam-se, neste trabalho, os termos “conjunção” e “disjunção” não como operadores lógico-formais no sentido estrito da lógica simbólica, mas como regimes problematológicos de racionalidade — isto é, como modos de organização do sentido mediante os quais o discurso administra a distância entre questão e resposta. Nessa acepção, a conjunção designa movimentos de fechamento que tendem a reduzir ou ocluir a distância interrogativa, produzindo efeitos de estabilização, decisão e identidade; ao passo que a disjunção designa movimentos de abertura que tendem a ampliar ou redistribuir essa distância, preservando o caráter problemático da questão e instituindo efeitos de provisoriedade, diferenciação e pluralização. Trata-se, portanto, de uma distinção operatória que, ao ser transposta para fins analíticos, permite descrever como um discurso regula o campo do questionável — ora comprimindo alternativas e naturalizando a resposta, ora mantendo em circulação possibilidades e condicionamentos — sem converter tal distinção em tipologia meramente estilística ou em formalismo proposicional.

1.4 A modulação retórica da distância problemática

É precisamente nesse ponto que a tradição da Nova Retórica (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1958) se articula de forma orgânica com a Problematologia. Se esta nos oferece a ontologia do discurso como resposta, a retórica nos fornece a tecnologia dessa resposta. Os *topoi*, as figuras, as estratégias de construção do *ethos* e de gestão do *pathos* (Aristotle, 2007), a adaptação ao auditório – todo esse arsenal retórico pode ser relido como um conjunto de procedimentos para modular a distância retórica. Um argumento por autoridade ou uma definição essencialista são técnicas de conjunção: buscam anular o questionamento, apresentando a resposta como inevitável. Uma argumentação por analogia ou um raciocínio hipotético, por outro lado, podem funcionar como operadores de disjunção: mantêm viva a comparação, a condicionalidade, a possibilidade do diferente. A retórica, portanto, deixa de ser vista como um ornamento ou uma técnica de persuasão vazia para se tornar a materialidade discursiva da administração do problema.

1.5 A crítica ideológica: o silenciamento do questionamento social

Se a problematologia demarca que todo discurso constitui uma resposta a uma questão, os *Critical Discourse Studies* interrogam as condições sociais e históricas que moldam o próprio horizonte do questionável. Não se trata apenas de analisar como uma resposta é formulada, mas de examinar quais problemas podem ser tematizados, quais alternativas se tornam visíveis e quais permanecem excluídas do espaço do dizível. Nesse quadro, a ideologia não é concebida como um conteúdo doutrinário isolado, mas como dimensão constitutiva das práticas discursivas que contribui para a estabilização e legitimação de determinadas representações sociais. Por meio de processos de naturalização, certas respostas historicamente situadas passam a operar como evidências aparentemente neutras, reduzindo sua contestabilidade e obscurecendo sua inscrição em relações de poder (Fairclough, 1992; Wodak; Meyer, 2016).

Esse funcionamento ideológico não se limita à imposição dogmática de uma única solução apresentada como necessária. Ele pode também manifestar-se por meio de formas mais sutis de regulação do debate, como a delimitação prévia dos termos da controvérsia ou a multiplicação controlada de alternativas que, embora aparentem abertura, não deslocam os pressupostos fundamentais do problema. Nesse sentido, tanto movimentos de conjunção quanto de disjunção podem operar ideologicamente quando organizam o campo interrogativo de modo a reduzir, redirecionar ou neutralizar a distância entre questão e resposta. A tarefa crítica consiste, assim, em examinar como práticas discursivas reproduzem ou transformam estruturas sociais ao configurar os contornos do que pode ser problematizado, tornando visíveis os mecanismos pelos quais o questionamento social é silenciado ou administrado.

1.6 Síntese: A Tríade Fundadora do PROPAD

Desse cruzamento teórico emerge a base integrada do Protocolo Retórico-Problematológico de Análise do Discurso. Da Problematologia, segundo Meyer (1995a; 2010), tomamos o princípio fundador: o discurso é resposta a um problema. Da Nova Retórica, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958), tomamos o instrumental analítico: os meios linguístico-argumentativos pelos quais essa resposta é construída e sua distância em relação ao problema é modulada. Da Análise do Discurso Crítica (Fairclough, 2015; Wodak e Meyer, 2016), tomamos a perspectiva

ético-política: a interrogação sobre os efeitos de poder inscritos na gestão — e, em muitos casos, no ocultamento — dos problemas. Essa tríade — problema, retórica e ideologia — constitui o alicerce conceitual do PROPAD e orienta sua aplicação ao corpus analisado.

2. Justificativa metodológica e constituição do corpus

O corpus selecionado para a aplicação do PROPAD é o Comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, divulgado em 29 de janeiro de 2025³, por ocasião da decisão de elevação da taxa básica de juros. A reunião marcou o início da presidência de Gabriel Galípolo, empossado no primeiro dia do mesmo mês, em substituição a Roberto Campos Neto. Trata-se de um gênero discursivo institucional estabilizado, situado na interseção entre racionalidade técnico-econômica, deliberação pública e gestão discursiva de expectativas macroeconômicas. Sua circulação ampliada — dirigida simultaneamente a agentes do mercado financeiro, atores políticos, meios de comunicação e ao público em geral — confere ao comunicado densidade institucional suficiente para observar a articulação entre decisão técnica e produção pública de legitimidade.

Em seu teor, o Comunicado apresenta uma avaliação sintética da conjuntura econômica externa e interna. No plano internacional, caracteriza o ambiente como desafiador, sobretudo em razão das incertezas relacionadas à economia e à política monetária dos Estados Unidos. No cenário doméstico, destaca o dinamismo da atividade econômica e do mercado de trabalho, ao mesmo tempo que registra a permanência da inflação e de suas medidas subjacentes acima da meta, bem como a elevação das expectativas inflacionárias. O balanço de riscos é descrito como assimétrico para cima, em razão da possível desancoragem prolongada das expectativas, da persistência da inflação de serviços e dos efeitos de políticas econômicas internas e externas, embora sejam também mencionados riscos de baixa associados à desaceleração da atividade e à redução dos preços de commodities. Com base nesse diagnóstico e nas preocupações relativas à política fiscal e à sustentabilidade da dívida pública, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic de 12,25% para 13,25% ao ano, sinalizando ainda a possibilidade de novo ajuste da mesma magnitude na reunião seguinte.

³ Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20516/nota>.

A escolha do documento não decorre de conveniência empírica, mas de adequação estrutural ao modelo analítico proposto. O comunicado condensa a formulação de um problema-motriz — a ameaça de desancoragem das expectativas de inflação em contexto de transição institucional — e organiza discursivamente uma operação dominante de caráter híbrido. A enumeração de riscos, cenários e condicionantes instaura uma dinâmica disjuntiva que amplia o horizonte do possível e explicita a contingência da decisão; essa abertura é progressivamente reordenada por uma conjunção decisória que estabiliza a resposta sob a forma de necessidade técnica. Tal configuração permite examinar, com precisão formal, a modulação da distância interrogativa e os mecanismos pelos quais a incerteza é discursivamente administrada no interior de um dispositivo institucional de alta normatividade.

Seu estatuto decorre de três fatores convergentes: (i) sua centralidade na gestão pública de problemas macroeconômicos; (ii) sua arquitetura discursiva particularmente sensível às dinâmicas de conjunção e disjunção que o PROPAD busca reconstruir; e (iii) sua capacidade de tornar observáveis, em operação concreta, os procedimentos pelos quais respostas institucionais são apresentadas como técnicas, necessárias e racionalmente justificadas. A análise subsequente toma o comunicado como campo empírico delimitado para a reconstrução dessas operações, permitindo avaliar a consistência descritiva e a potência explicativa do protocolo no exame de discursos institucionais contemporâneos. A aplicação possui caráter ilustrativo, destinando-se a explicitar a operacionalização do protocolo, e não a promover sua validação exaustiva.

3. Arquitetura do PROPAD: dois movimentos, seis etapas

A operacionalização da tríade teórica apresentada – problema, retórica, ideologia – se concretiza em um procedimento analítico de seis etapas, organizadas em dois movimentos complementares. O primeiro movimento, de natureza reconstrutiva, dedica-se a desvendar a arquitetura interrogativa que funda o discurso. O segundo, de caráter avaliativo-crítico, volta-se para a análise dos efeitos e implicações da resposta oferecida.

3.1 Movimento Reconstrutivo: a arqueologia do questionamento

Esse movimento parte do pressuposto problematológico de que a forma declarativa de um discurso pressupõe uma questão que a torna pertinente. A

resposta apresentada pelo texto é a face explícita de uma configuração interrogativa que a sustenta. O trabalho do analista consiste, nesse sentido, em proceder a uma reconstrução arqueológica dessa configuração, identificando o problema que torna a resposta necessária e descrevendo a lógica de sua formulação no interior do discurso.⁴

3.1.1 Etapa 1 — Reconstrução do Problema-Motriz

A primeira etapa dedica-se à identificação e reconstrução do problema que sustenta o discurso, entendido não como dado externo imediatamente disponível à análise, mas como configuração discursiva de uma situação de indeterminação, produzida na tessitura da própria resposta. O ponto de partida analítico consiste em descrever e reconstruir a tensão interrogativa que a forma declarativa da resposta tende a recobrir e estabilizar. A formulação do problema-motriz constitui o ponto de referência analítico fundamental de todo o protocolo, orientando o diagnóstico do regime de racionalidade (Etapa 2) e servindo de fundamento cumulativo para a avaliação da aceitabilidade situacional, da coerência retórico-formal, das reconfigurações simbólicas e dos efeitos ideológicos da resposta nas etapas subsequentes⁵.

Objetivo analítico: formular a questão implícita que o discurso busca resolver e caracterizar o contexto de incerteza ou conflito que a torna pertinente.

Pressuposto fundamental: se o problema-motriz é configurado pelo próprio discurso, a análise deve reconstruir o modo como a resposta o delimita a partir dos indícios textuais e discursivos disponíveis, seja na modalidade explícita, seja na implícita, sem recorrer a validações extratextuais de ordem factual, psicológica ou intencional.

⁴ Neste trabalho, emprega-se o termo “texto” em dois sentidos complementares. Em primeiro lugar, ele designa a materialidade linguageira observável — isto é, a configuração formal do enunciado tal como se manifesta em progressões temáticas, escolhas lexicais, modalizações, encadeamentos argumentativos e figuras retóricas. Em segundo lugar, o texto é compreendido como objeto de leitura, isto é, como unidade de sentido passível de interpretação e apropriação cognitiva, portadora de uma organização semântica que se oferece à compreensão do leitor. Já o termo “discurso” refere-se à prática enunciativa socialmente situada que produz e mobiliza textos em contextos institucionais determinados, envolvendo posições enunciativas, relações com auditórios e efeitos de legitimidade e inteligibilidade no espaço público.

⁵ O analista deve ter sempre em mente, nesta etapa, que o problema é o déficit de sentido que antecede o discurso; a questão é como esse problema é estabelecido enquanto eixo significativo; a pergunta é seu enunciado explícito (raro em discursos institucionais). O objetivo aqui é, pois, reconstruir a questão implícita.

Procedimento metodológico: rastreamento de indicadores da problematização — marcas textuais e discursivas que indicam a configuração discursiva do déficit de sentido a ser administrado.

Indicadores analíticos incluem:

- **Negações e contraposições:** marcas discursivas de recusa, oposição ou delimitação polêmica pelas quais o discurso se define contra posições explícitas ou implícitas, por meio de construções contrastivas ou corretivas, indicando o campo de conflito no qual o problema é configurado;
- **Léxico de crise, urgência ou transformação:** emprego recorrente de termos que apresentam a situação como instável, deficitária ou exigente de intervenção, funcionando como operadores de problematização que sinalizam a existência de um déficit de sentido a ser administrado;
- **Lacunas e pressupostos:** afirmações formuladas como evidentes, naturais ou consensuais, cujo caráter não problemático pressupõe a elisão de dúvidas, alternativas ou controvérsias anteriores, marcando o trabalho de silenciamento interrogativo operado pela resposta discursiva;
- **Estruturas de justificação:** presença de cadeias argumentativas, explicativas ou causais cuja função não é meramente informativa, mas indicativa de que algo precisa ser sustentado, legitimado ou estabilizado, denunciando a existência de uma tensão problemática subjacente.

Perguntas-guia operacionais:

- **P1:** Se essa fala fosse tomada como resposta direta em um diálogo, a qual pergunta específica ela responderia?
- **P2:** Qual problema central é configurado pelo discurso — isto é, qual situação é apresentada como demandante de resposta?
- **P3:** Quais elementos concretos do cenário descrito (dados, eventos, indicadores, circunstâncias) sustentam a existência desse problema?

Resultado esperado: a formulação concisa e operacional do problema-motriz e da questão subjacente. O primeiro deve explicitar a lacuna de sentido ou a situação construída como demandante de resposta; a segunda pode ser apresentada sob a forma de um enunciado interrogativo, isto é, de uma pergunta explicitamente

formulada pelo analista. Essas formulações não devem descrever a solução apresentada pelo discurso, nem antecipar o modo como ela é tratada nas etapas subsequentes. Seu objetivo comum é explicitar a necessidade discursivamente construída que torna a resposta pertinente. O problema-motriz assim reconstruído funciona como referência analítica para todas as etapas seguintes do protocolo.

Exemplo ilustrativo: na análise do Comunicado do Copom, o resultado da Etapa 1 não assume a forma de uma constatação temática do tipo “O texto anuncia uma alta de juros”, pois tal formulação descreve a resposta apresentada pelo discurso, e não o problema que a torna necessária. O produto esperado é a reconstrução do problema-motriz enquanto situação configurada como demandante de intervenção. No caso em questão, a formulação adequada pode ser expressa nos seguintes termos: “Como responder à desancoragem persistente das expectativas inflacionárias em um contexto de pressões fiscais internas e elevada incerteza internacional?” Esse enunciado não descreve a decisão tomada, mas explicita a situação construída como problemática — marcada por instabilidade das expectativas, pressões internas e incerteza externa — cuja administração justifica a resposta discursiva. A formulação preserva o caráter problemático da situação, sem antecipar o regime de racionalidade que organizará sua resolução nas etapas subsequentes.

3.1.2 Etapa 2 — Diagnóstico da Operação Dominante: conjunção ou disjunção

Se a Etapa 1 reconstrói o problema-motriz, a Etapa 2 indaga de que maneira o discurso passa a tratá-lo. Com o problema-motriz reconstruído, a análise avança para um diagnóstico da lógica interna pela qual o texto organiza a passagem da questão à resposta. Esta etapa pergunta: como o discurso administra a relação com o problema que ele próprio configurou? O objetivo analítico é classificar o regime de racionalidade dominante que governa essa passagem — isto é, se a resposta tende a reduzir/occluir a distância interrogativa (em um movimento de conjunção que promove identidade) ou a ampliá-la/redistribuí-la (em um movimento de disjunção que institui diferenças) — mobilizando a oposição operatória proposta por Meyer (1998).

Pressuposto teórico: conjunção e disjunção não designam meros estilos discursivos, mas regimes de racionalidade por meio dos quais o discurso administra a distância entre a questão e a resposta. A conjunção tende a reduzir ou occluir essa distância, produzindo efeitos de estabilização e decisão discursiva; a disjunção tende

a ampliá-la, produzindo efeitos de diferenciação e indeterminação na relação problema–resposta. Cada regime envolve possibilidades operatórias e riscos de efeitos discursivos específicos: a conjunção extrema constitui o efeito de dogmatização; a disjunção extrema, o efeito de evasividade. O protocolo não estabelece uma hierarquia axiológica entre os regimes, mas descreve as formas pelas quais o discurso gere essa tensão na construção de sua resposta.

A partir dessa oposição problematológica, propõem-se, no âmbito do PROPAD, as seguintes definições operacionais:

- **Operação Conjuntiva:** movimento discursivo de fechamento categórico, no qual a resposta se apresenta como correspondência necessária e exaustiva à questão, suprimindo alternativas e complexidades que poderiam desestabilizar sua validade. Busca reduzir ou ocluir a distância interrogativa e instituir um regime de sentido estabilizado e adesão irrevogável. Opera pela unificação, hierarquização ou eliminação — ou seja, sintetizando o problema, ordenando as prioridades ou descartando os dissensos. Seu gesto fundamental é o da resolução.
- **Operação Disjuntiva:** movimento discursivo de diferenciação e redistribuição, no qual se amplia a distância entre questão e resposta, explicitando alternativas, complexidades ou condicionamentos que impedem a estabilização imediata do problema em uma solução única. Opera pela diferenciação, qualificação ou suspensão — ou seja, fragmentando o problema, condicionando as soluções ou adiando o veredito, instituindo um regime de sentido pluralizado e gestão prolongada do questionamento. Seu gesto fundamental é o da exploração.

Procedimento metodológico: rastreamento de indicadores de racionalidade discursiva — marcas textuais a partir das quais se caracteriza o regime (conjuntivo ou disjuntivo) que organiza a relação problema–resposta no discurso analisado. Essas marcas, contudo, não possuem valor conjuntivo ou disjuntivo intrínseco; sua classificação depende da função que desempenham no encadeamento global da resposta.

Indicadores analíticos incluem:

- **Para a Conjunção (fechamento):**

- **Universalizações e inevitabilidades:** uso de quantificadores totalizantes ou estruturas de necessidade inexorável que reduzem a margem de indeterminação do problema e apresentam a resposta como única possibilidade legítima;
- **Certezas categóricas:** afirmações formuladas como definitivas e independentes de contexto, frequentemente no modo indicativo com verbos de estado ou predicados classificatórios, que estabilizam a resposta como autoevidente;
- **Estruturas binárias e excludentes:** oposições dicotômicas e procedimentos de desqualificação sumária de alternativas que eliminam a pluralidade interpretativa e comprimem o espaço do dissenso;
- **Figuras de autoridade e naturalização:** apelos a instâncias decisórias inquestionáveis ou a consensos supostos, por meio dos quais escolhas contingentes são apresentadas como técnicas, naturais ou incontestáveis.
- **Para a Disjunção (abertura):**
 - **Modalizações:** uso recorrente de advérbios, locuções e verbos modais que qualificam o grau de determinação da resposta e preservam margens de indeterminação;
 - **Qualificação e condicionamento da resposta:** enunciados que delimitam explicitamente o alcance da proposição, impedindo sua estabilização imediata e estimulando a abertura da relação entre problema e resposta;
 - **Multiplicação de posições discursivas:** incorporação ou menção a perspectivas alternativas que não são imediatamente desqualificadas, ampliando o campo de diferenciação interpretativa;
 - **Procedimentos de diferenciação:** uso de analogias, hipóteses, enumerações ou cenários alternativos que operam pela distinção e redistribuição do sentido, suspendendo provisoriamente a decisão única.

Perguntas-guia operacionais:

- **P1:** A resposta é apresentada como necessária e conclusiva ou como provisória e condicionada?
- **P2:** Como o discurso trata os elementos de incerteza associados ao problema reconstruído: reduzindo-os, hierarquizando-os e encerrando-os, ou explicitando-os, qualificando-os e enfatizando-os?
- **P3:** Quais marcas enunciativas predominam no texto: assertividade categórica e estruturas de inevitabilidade, ou modalizações, qualificações e diferenciações que preservam margens de indeterminação?

Observação complementar sobre riscos e limites de cada operação: é importante notar que a classificação em conjunção ou disjunção não constitui um julgamento de valor *a priori*, mas uma descrição analítica do regime de racionalidade dominante. Todavia, cada operação comporta riscos discursivos quando levada a seus limites:

- **Conjunção em grau extremo** pode produzir efeitos de fechamento excessivo do sentido, manifestando-se na redução sistemática do espaço de dissenso, na naturalização da resposta como única possível e na blindagem discursiva frente a questionamentos alternativos. Nesses casos, a resposta tende a autonomizar-se em relação à tensão problemática que a originou, convertendo-se em evidência autojustificada. Esse regime-limite corresponde a um efeito de dogmatização, no qual a resposta passa a operar como supressão da pergunta;
- **Disjunção em grau extremo** pode produzir efeitos de abertura indefinida do sentido, manifestando-se na multiplicação não hierarquizada de possibilidades, na suspensão prolongada da decisão e na dificuldade de converter a análise em orientação prática ou posição discursiva consistente. Nesses casos, a resposta tende a dissolver-se em exploração contínua, perdendo sua função estabilizadora. Esse regime-limite corresponde a um efeito de evasividade, no qual a abertura do questionamento compromete a própria possibilidade de resposta.

Resultado esperado: uma caracterização analítica fundamentada da lógica interna do discurso, identificando e justificando o regime de racionalidade dominante (conjunção, disjunção ou um arranjo híbrido específico). O resultado deve articular essa classificação aos indicadores textuais relevantes, descrevendo os efeitos de posicionamento enunciativo produzidos pela operação dominante — isto é, o modo

como o discurso se apresenta formalmente como resposta estabilizadora, exploratória, reguladora ou combinatória da incerteza, preparando o terreno para a avaliação de sua aceitabilidade e de seus efeitos discursivos nas etapas subsequentes.

Exemplo ilustrativo: o discurso opera em regime híbrido, no qual uma conjunção decisória concentrada no núcleo da resposta (“O Copom então decidiu elevar...”) é precedida e sustentada por uma disjunção exploratória responsável pelo mapeamento sistemático de riscos e incertezas (“Persiste uma assimetria altista... destacam-se (i)... (ii)... (iii)...”). Essa configuração produz dois momentos enunciativos funcionalmente distintos: um momento analítico, marcado pela enumeração, qualificação e diferenciação do cenário, e um momento decisório, caracterizado por afirmação concentrada e estabilizadora. A fase disjuntiva amplia e organiza o campo das incertezas explicitadas, estabelecendo o quadro de complexidade no qual a decisão se inscreve; a fase conjuntiva, por sua vez, concentra esse campo em um gesto de fixação normativa que apresenta a deliberação como resposta adequada ao cenário delineado. O regime híbrido não corresponde a uma justaposição contingente de procedimentos, mas a uma sequência funcional na qual a exploração das variáveis precede e fundamenta a estabilização decisória. Essa articulação permite descrever o modo pelo qual o discurso organiza internamente a passagem da análise à decisão, tornando observável a forma específica de administração da relação entre problema reconstruído e resposta formulada.

3.2 Movimento Avaliativo-Crítico: a economia do sentido

Se o Movimento Reconstutivo examinou a arquitetura interrogativa do discurso e a lógica interna de sua passagem do problema à resposta, o Movimento Avaliativo-Crítico desloca a análise para os efeitos dessa resposta no contexto social de sua circulação. O foco deixa de ser apenas o modo como o discurso responde e passa a incluir as implicações pragmáticas, simbólicas e ideológicas dessa resposta em um horizonte histórico determinado.

O exame incide sobre a economia do sentido instituída pelo discurso: os modos pelos quais a resposta constrói legitimidade, organiza credibilidade, estabiliza ou reabre significações e posiciona sujeitos e valores no espaço público. O discurso é considerado, nessa etapa, como intervenção situada, cujos efeitos podem ser analisados segundo critérios de aceitabilidade situacional, coerência retórica, reconfiguração simbólica e relação com a doxa.

Para estruturar essa análise, propõem-se, no âmbito do PROPAD, quatro categorias de pertinência — externa, interna, simbólica e ideológica — concebidas como dimensões complementares de avaliação. O objetivo não é formular juízos normativos desvinculados da materialidade discursiva e das condições sociais de circulação, mas desenvolver uma crítica imanente capaz de explicitar os mecanismos pelos quais a resposta produz adesão, organiza consensos, desloca tensões ou restringe o campo do questionável.

A sequência dessas pertinências segue uma progressão analítica: parte-se da negociação situacional da resposta (Pertinência Externa) e de sua arquitetura retórica (Pertinência Interna), avança-se para sua capacidade de reconfigurar quadros de sentido (Pertinência Simbólica) e culmina na análise de sua inscrição em processos mais amplos de produção e delimitação do consenso social (Pertinência Ideológica). Essa ordenação permite observar como escolhas situadas e operações formais se articulam na produção de efeitos discursivos no espaço público.

3.2.1 Etapa 3 — Pertinência Externa (Ético-Pragmática)

A pertinência externa examina a aceitabilidade da resposta discursiva à luz das condições pragmáticas e normativas que o próprio texto constrói e negocia com seus auditórios, tomando como pressuposto o regime de racionalidade previamente diagnosticado na Etapa 2. Considerando que a ‘situação’ não constitui um dado meramente externo, mas também é configurada pelo discurso, esta etapa avalia a adequação da resposta ao quadro ético-pragmático que ela mesma institui. A “externalidade” aqui não designa um contexto simplesmente dado, mas o campo de relações pragmáticas e normativas que o próprio discurso constrói ao situar sua resposta diante de determinados auditórios e expectativas institucionais.

Objetivo analítico: avaliar em que medida a resposta discursiva constrói uma relação de aceitabilidade com seus destinatários, articulando credibilidade (*ethos*) e engajamento afetivo (*pathos*) de modo eticamente sustentável, à luz das possibilidades de ação e dos constrangimentos que o próprio discurso reconhece e institui no contexto.

Procedimento metodológico: rastreamento de indicadores de adequação situacional — marcas textuais que revelam como o discurso configura, negocia e legitima sua relação com o contexto e com seus auditórios.

Indicadores analíticos incluem:

- **Marcas de *ethos* institucional:** formas pelas quais o locutor se apresenta e se credencia discursivamente por meio do uso de linguagem especializada e de procedimentos institucionais explícitos, construindo uma imagem de autoridade, vigilância contínua e prudência decisória;
- **Marcas de *pathos* ou regulação afetiva:** mecanismos discursivos de mobilização, contenção ou modulação das disposições afetivas do auditório, contribuindo para a legitimação afetiva da resposta;
- **Marcas de reconhecimento do auditório:** indícios de diferenciação e hierarquização dos destinatários do discurso, perceptíveis em estratégias que permitem ao texto responder simultaneamente a expectativas heterogêneas sem fragmentar explicitamente o enunciado;
- **Marcas de razoabilidade contextual:** procedimentos pelos quais a resposta se apresenta como proporcional à complexidade do cenário que o próprio discurso configura, por meio do reconhecimento explícito de incertezas, pressões e assimetrias.

Perguntas-guia operacionais:

- **P1:** Como o discurso reconhece, diferencia e hierarquiza seus destinatários no campo de recepção (por exemplo, auditórios especializados, institucionais e públicos mais amplos)?
- **P2:** Que tipo de *ethos* é construído pela resposta e em que medida ele é eficaz para produzir credibilidade e adesão na cena institucional configurada pelo próprio discurso?
- **P3:** Como o discurso regula as disposições afetivas de seus destinatários (por exemplo, produzindo urgência, cautela, confiança, serenidade, resignação ou mobilização)?
- **P4:** Como a resposta se apresenta como aceitável, razoável ou necessária no contexto em questão, administrando a tensão entre diferentes imperativos normativos mobilizados pelo próprio discurso (por exemplo, técnicos, institucionais, ético-sociais ou pragmáticos)?

Resultado esperado: um juízo analítico fundamentado sobre a eficácia situacional e a responsividade discursiva da resposta, explicitando os modos pelos quais o discurso constrói credibilidade, negocia expectativas e administra tensões entre diferentes demandas contextuais. Esse resultado torna visíveis as escolhas

estratégicas do orador e prepara o terreno para as análises das pertinências subsequentes.

Exemplo ilustrativo: aplicando os critérios da pertinência externa, observa-se que o pronunciamento constrói uma elevada adequação em relação ao auditório primário composto por agentes do mercado financeiro e por instâncias institucionais especializadas. A resposta discursiva mobiliza um *ethos* de prudência técnica e vigilância contínua, ancorado no uso de linguagem especializada, na referência a indicadores econômicos e na apresentação da decisão como resultado de acompanhamento sistemático do cenário macroeconômico. Esse *ethos* contribui para a produção de credibilidade institucional no contexto de transição na condução da política monetária. Em relação a auditórios mais amplos, a aceitabilidade da resposta assume uma configuração distinta. Os efeitos potenciais da elevação da taxa de juros sobre a atividade econômica são mencionados de forma genérica e integrados a um enquadramento macroeconômico centrado na convergência da inflação para a meta e na estabilidade do regime monetário. A resposta articula, assim, diferentes registros de plausibilidade situacional, modulando o grau de detalhamento e de tematização dos efeitos da decisão conforme os destinatários implicitamente configurados pelo discurso. Nesse sentido, a pertinência externa do pronunciamento manifesta-se na capacidade de construir uma relação de aceitabilidade diferenciada com auditórios heterogêneos, sem fragmentar explicitamente o enunciado. A resposta apresenta-se como razoável e proporcional ao cenário que o próprio discurso institui, administrando expectativas e disposições afetivas por meio de uma combinação de sobriedade técnica, cautela prospectiva e autoridade institucional.

3.2.2 Etapa 4 — Pertinência Interna (Retórico-Formal)

Enquanto a pertinência externa avalia a aceitabilidade da resposta em relação ao contexto e aos auditórios, a pertinência interna volta-se para a sua arquitetura intrínseca. Ela examina a coerência e a eficácia dos recursos retórico-formais na construção da resposta, perguntando-se como o texto organiza, em sua própria materialidade linguística, a passagem do problema-motriz à forma específica de fechamento ou abertura que assume. Trata-se de analisar a engenharia retórica da resposta: isto é, de que modo os encadeamentos argumentativos e as estruturas formais do texto sustentam, tensionam ou contradizem o regime de racionalidade diagnosticado na Etapa 2.

Objetivo analítico: avaliar em que medida a organização interna do discurso — seus encadeamentos argumentativos, escolhas lexicais e dispositivos formais — administra de modo coerente e eficaz a tensão entre abertura (disjunção) e fechamento (conjunção), reforçando ou fragilizando a eficácia argumentativa da resposta.

Procedimento metodológico: rastreamento de indicadores de coerência retórica — marcas textuais que revelam como os elementos formais do discurso trabalham para sustentar, enfraquecer ou tensionar sua própria eficácia argumentativa.

Indicadores analíticos incluem:

- **Encadeamentos argumentativos e topoi mobilizados:** formas de articulação dos argumentos, ou esquemas argumentativos, e lugares-comuns que estruturam a passagem do problema à resposta;
- **Progressão temática e estrutura textual:** organização interna do texto e modos pelos quais ele conduz o leitor da problematização inicial à estabilização ou qualificação da resposta;
- **Figuras retóricas e mecanismos de regulação do sentido:** recursos figurais que contribuem para a amplificação do fechamento ou para a qualificação e complexificação do sentido;
- **Modalização e gestão das vozes discursivas:** grau de assertividade das afirmações e modos de incorporação, hierarquização ou silenciamento de outras perspectivas.

Perguntas-guia operacionais:

- **P1:** Os diferentes elementos retórico-formais do texto convergem para sustentar a operação dominante identificada, ou produzem tensões e fissuras na arquitetura discursiva?
- **P2:** A progressão textual organiza de modo coerente a passagem do problema reconstruído para a resposta proposta, orientando o auditório à aceitação, consideração ou suspensão dessa resposta?
- **P3:** As escolhas formais e argumentativas operam no sentido de reduzir, manter ou ampliar a distância retórica entre o problema e a resposta, em conformidade com o regime de racionalidade diagnosticado?

Resultado esperado: uma caracterização analítica fundamentada da consistência retórico-formal do discurso, explicitando de que modo seus encadeamentos argumentativos, escolhas estilísticas, formas de modalização e recursos composicionais sustentam, tensionam ou fragilizam o regime de racionalidade diagnosticado e a eficácia da resposta construída. Esse resultado permite avaliar se a materialidade formal do texto opera de modo coerente com a gestão do problema reconstruído, servindo de base para a análise dos efeitos simbólicos e ideológicos nas etapas subsequentes.

Exemplo ilustrativo: a análise revela um texto de elevada coerência retórico-formal, compatível com a lógica interna que governa sua resposta. A estrutura organiza-se segundo uma progressão funcional: uma extensa fase de diagnóstico, marcada pela enumeração sistemática de riscos e incertezas, fornece o lastro argumentativo para uma decisão concentrada e assertiva (“O Copom então decidiu...”). Essa progressão — do mapeamento da complexidade à estabilização decisória — mostra como a organização formal do texto articula a análise exploratória à legitimação do fechamento na ação. Os *topoi* da necessidade técnica e da responsabilidade institucional funcionam como operadores de passagem entre essas duas fases. Essa passagem é sustentada por esquemas argumentativos recorrentes, como o argumento por avaliação de riscos e o argumento por autoridade especializada, que reforçam a legitimidade da conclusão decisória. A baixa incidência de figuras de linguagem e o predomínio de modalizações na análise (“persiste”, “destacam-se”) contribuem para um efeito de sobriedade técnica, enquanto a formulação declarativa da decisão concentra o efeito de autoridade. A pertinência interna manifesta-se, assim, na compatibilidade entre a arquitetura formal do discurso, seus encadeamentos argumentativos e a estabilidade da resposta produzida, sem fissuras relevantes entre diagnóstico, argumentação e decisão.

3.2.3 Etapa 5 — Pertinência Simbólica (Reconfiguração do Sentido)

A pertinência simbólica examina o potencial do discurso de reorganizar os quadros de inteligibilidade que governam a percepção, interpretação e governabilidade do problema. O “simbólico” aqui não é ornamental, mas estrutural: refere-se ao plano em que se estabilizam categorias, enquadramentos e fronteiras do pensável. Se as etapas anteriores avaliaram a negociação da resposta com seu contexto e a coerência de sua arquitetura interna, esta etapa investiga como o discurso reconfigura os próprios termos em que o problema é pensável, limitando-se

à descrição das transformações nos quadros de inteligibilidade, sem ainda qualificar seus efeitos políticos ou ideológicos — os quais serão examinados exclusivamente na próxima etapa. Em outras palavras, avalia-se em que medida a resposta não apenas administra uma questão, mas redefine o que pode contar como problema, risco, evidência, horizonte relevante ou critério de racionalidade, alterando o espaço simbólico no qual a questão se torna inteligível.

Objetivo analítico: examinar em que medida a resposta discursiva reconfigura os quadros simbólicos de inteligibilidade nos quais o problema-motriz é percebido e interpretado, avaliando se ela desloca, reorganiza ou estabiliza categorias, enquadramentos e horizontes de sentido que orientam a experiência coletiva do problema.

Procedimento metodológico: rastreamento de indicadores de reconfiguração simbólica — marcas textuais que revelam como o discurso reorganiza, desloca ou estabiliza categorias, enquadramentos interpretativos e critérios de inteligibilidade associados ao problema-motriz.

Indicadores analíticos incluem:

- **Ressignificação lexical e inovação terminológica:** operações pelas quais o discurso atribui novos sentidos a termos previamente estabilizados ou introduz vocabulário que reorganiza a compreensão do problema;
- **Enquadramentos interpretativos e metáforas estruturantes:** metáforas-mestras, narrativas ou esquemas cognitivos que passam a organizar a inteligibilidade do problema e a orientar sua interpretação social;
- **Deslocamento de oposições e hierarquias simbólicas:** procedimentos que reforçam, reconfiguram ou dissolvem dualismos estruturantes e instituem novas hierarquias de valor no campo simbólico;
- **Operações de fechamento ou abertura do imaginário interpretativo:** modos pelos quais o discurso apresenta seu enquadramento como horizonte dominante de inteligibilidade ou admite a coexistência de quadros interpretativos alternativos.

Perguntas-guia operacionais:

- **P1:** O discurso introduz, resignifica ou reorganiza categorias lexicais e conceituais de modo a reconfigurar o campo de significação no qual o problema é formulado?

- **P2:** Os enquadramentos interpretativos e metáforas mobilizados ampliam o horizonte de inteligibilidade do problema ou o estabilizam em um único quadro interpretativo apresentado como evidente?
- **P3:** A resposta desloca os termos a partir dos quais o problema é socialmente pensável, instituindo uma nova gramática de descrição e interpretação, ou reafirma os enquadramentos simbólicos já disponíveis no espaço discursivo?

Resultado esperado: um juízo analítico fundamentado sobre a função simbólica da resposta na organização do campo de significação. O resultado deve caracterizar se e como o discurso reconfigura os quadros de inteligibilidade do problema — introduzindo novos enquadramentos, ressignificando categorias ou deslocando hierarquias simbólicas — ou se, ao contrário, opera pela estabilização e consolidação de sentidos já disponíveis, apresentando-os como horizonte dominante ou mesmo exclusivo de inteligibilidade. Em qualquer caso, deve-se explicitar o grau de abertura ou fechamento do imaginário interpretativo proposto pelo discurso.

Exemplo ilustrativo: análise da pertinência simbólica indica que o comunicado não promove uma reconfiguração inovadora do campo de significação, operando predominantemente pela consolidação e estabilização simbólica de quadros já disponíveis no discurso da política monetária. O texto não introduz novos conceitos nem redefine categorias centrais do debate, mas mobiliza de forma reiterada um léxico previamente estabilizado, no qual se destacam expressões como “desancoragem das expectativas”, “convergência das taxas de inflação para suas metas”, “balanço de riscos”, “política monetária mais contracionista” e “sustentabilidade da dívida”. O enquadramento simbólico dominante é o da gestão técnica de riscos em um ambiente caracterizado por incertezas e pressões, construído pela enumeração sistemática de fatores externos e internos — como o “ambiente externo desafiador”, as “pressões nos mercados de trabalho” e a “resiliência na atividade econômica” — e pela organização do cenário inflacionário em termos de riscos de alta e riscos de baixa. Esse enquadramento estrutura a inteligibilidade do problema a partir de uma gramática técnico-prospectiva, orientada à avaliação de cenários e projeções. Nesse sentido, elementos como a eventual desaceleração da atividade econômica e os desenvolvimentos da política fiscal são integrados ao mesmo horizonte simbólico de análise, sendo significados prioritariamente em função de seus impactos sobre expectativas, projeções e condições macroeconômicas gerais. A pertinência simbólica do comunicado

manifesta-se, assim, na capacidade de estabilizar um regime de inteligibilidade técnico-monetário, no qual o problema é apreendido e descrito segundo categorias de risco, projeção e convergência, reafirmando enquadramentos já consolidados no espaço discursivo em que o texto circula.

3.2.4 Etapa 6 — Pertinência Ideológica (Refreamento ou Reabertura do Naturalizado)

A sexta e última etapa do PROPAD constitui o gesto crítico-sintético do protocolo, no qual os resultados das análises anteriores são integrados para examinar a função político-ideológica da resposta no espaço social do sentido. Ela desloca a análise do plano da eficácia discursiva para o exame dos efeitos globais da gestão discursiva do problema sobre o campo do questionamento social. Diferentemente das etapas anteriores, que avaliam dimensões específicas da resposta — situacional, formal ou simbólica —, a pertinência ideológica investiga como o discurso delimita aquilo que pode ser legitimamente problematizado. A ideologia é aqui compreendida, em diálogo com a problematologia e com a Análise do Discurso Crítica, não como simples falsificação ou erro cognitivo, mas como modo de administração do questionável: um conjunto de operações pelas quais certas questões são neutralizadas, deslocadas, reformuladas ou tornadas impensáveis, enquanto outras são estabilizadas como evidentes. Partindo da noção meyeriana de *refoulement problématique* (Meyer, 2012), o protocolo amplia essa problemática para examinar como o discurso participa do ocultamento, do refreamento, do deslocamento ou da reabertura do questionamento social.

Objetivo analítico: avaliar de que modo a resposta discursiva contribui para a reprodução, reformulação ou contestação das estruturas de sentido naturalizadas (doxas) que organizam a percepção coletiva do problema, articulando esse efeito ideológico ao regime de racionalidade (conjunção/disjunção) e às pertinências externa, interna e simbólica previamente analisadas.

Procedimento metodológico: rastreamento de indicadores de função ideológica — marcas textuais e arquitetônicas que revelam como o discurso trata o questionável socialmente relevante: se o estabiliza como evidência, se o reabre como problema legítimo ou se o desloca por meio da substituição de uma naturalização por outra.

Indicadores analíticos incluem:

- **Marcas de naturalização (reforço doxal):** procedimentos discursivos pelos quais escolhas históricas, políticas ou normativas são apresentadas como evidentes, necessárias ou inevitáveis, apagando sua contingência e restringindo sua inscrição no campo do dissenso. Esses procedimentos operam pela estabilização de uma representação particular como horizonte legítimo de inteligibilidade do problema. Podem manifestar-se na conversão de decisões em imperativos técnicos ou factuais, na supressão de alternativas plausíveis, na neutralização de conflitos distributivos ou axiológicos e na apresentação de arranjos contingentes como exigências objetivas do cenário.
- **Marcas de desnaturalização (reabertura crítica):** procedimentos discursivos pelos quais sentidos previamente estabilizados são explicitamente apresentados como históricos, contingentes ou disputáveis, reinscrevendo o problema no horizonte do questionável. Nesses casos, o discurso não consolida imediatamente um novo horizonte de evidência, mas introduz ou enfatiza elementos de indeterminação, controvérsia ou pluralidade interpretativa no tratamento do problema. Tais procedimentos podem manifestar-se na explicitação de alternativas silenciadas, na tematização de custos sociais ou conflitos ocultos, na problematização de consensos aparentes ou na suspensão do fechamento categórico do problema.
- **Marcas de reformulação doxal (substituição controlada):** procedimentos discursivos pelos quais uma doxa previamente estabilizada é criticada ou relativizada apenas para que uma nova evidência ocupe seu lugar, deslocando o campo do naturalizado sem efetivamente reabrir o questionamento fundamental. Trata-se de uma reconfiguração controlada do senso comum, na qual uma gramática de evidência substitui outra, mantendo a lógica do fechamento do problema sob nova forma interpretativa.
- **Articulação com o regime de racionalidade (Etapa 2):** análise dos modos pelos quais as operações de conjunção e disjunção funcionam como vetores dos movimentos ideológicos descritos acima. A conjunção tende a favorecer processos de estabilização do problema, podendo sustentar

movimentos de reforço doxal ou momentos decisórios de reformulação controlada. A disjunção, por sua vez, introduz graus variáveis de qualificação e abertura do campo problemático. Em certos casos, essa abertura contribui para a explicitação da contingência ou disputabilidade de sentidos previamente estabilizados; em outros, a multiplicação de qualificações e cenários permanece confinada aos limites de um enquadramento já naturalizado, produzindo apenas uma ampliação controlada do horizonte interpretativo.

A partir desse rastreamento, classifica-se o movimento ideológico predominante da resposta discursiva, segundo três possibilidades analíticas:

- **Reforço naturalizante:** consolidação ou reafirmação de uma doxa como evidência necessária ou inevitável, geralmente em articulação com operações conjuntivas de fechamento do questionamento;
- **Reabertura crítica:** desnaturalização de evidências estabelecidas, reinscrevendo o problema no espaço do dissenso legítimo e restituindo sua dimensão problemática, frequentemente associada a operações disjuntivas efetivas;
- **Reformulação doxal:** deslocamento do campo do naturalizado, mediante a substituição de uma evidência por outra, por meio de crítica parcial que reorganiza o enquadramento do problema sem efetivamente reabrir o questionamento social.

Perguntas-guia operacionais:

- **P1:** Quais pressupostos, valores ou hierarquias de sentido o discurso trata como inquestionáveis, convertendo escolhas políticas contingentes em evidências técnicas ou morais?
- **P2:** O discurso torna visíveis os conflitos de interesse, os custos sociais e as alternativas silenciadas pelo enquadramento dominante, ou contribui para seu ocultamento?
- **P3:** A resposta refreia o questionamento em torno do problema, reinscreve-o como questão legítima de dissenso ou apenas o desloca mediante a substituição de uma evidência por outra?

Resultado esperado: uma caracterização analítica fundamentada da função ideológica predominante do discurso, explicitando os mecanismos pelos quais ele

atua sobre o campo do naturalizado e classificando seu efeito como reforço naturalizante, reabertura crítica ou reformulação doxal. Esse diagnóstico constitui a síntese interpretativa final do PROPAD, permitindo compreender em que medida e em benefício de quais arranjos de sentido o discurso administra o problema do modo como o faz.

Exemplo ilustrativo: a análise da pertinência ideológica indica que o discurso opera predominantemente por reforço naturalizante, em articulação com a operação conjuntiva decisória identificada na Etapa 2. Esse efeito manifesta-se na conversão de uma escolha de política econômica em evidência técnica apresentada como necessária e indisputável. A primazia da meta de inflação é tratada como pressuposto inquestionável do enunciado, sem explicitação de alternativas normativas concorrentes ou de critérios de ponderação entre diferentes fins possíveis da política monetária. O refreamento do questionamento social torna-se observável em marcas textuais específicas. Em primeiro lugar, a decisão é apresentada como derivada exclusivamente de variáveis técnicas e prospectivas — como “desancoragem das expectativas”, “projeções” e “balanço de riscos” — o que desloca a deliberação para fora do espaço do dissenso público. Em segundo lugar, observa-se a ausência sistemática de referências a grupos sociais afetados, a impactos distributivos diferenciados ou a conflitos de interesse associados à decisão, restringindo o campo do questionável aos parâmetros internos do regime técnico mobilizado pelo discurso. Esse conjunto de procedimentos contribui para a estabilização do problema como evidência, limitando sua reinscrição no debate público. O discurso não reabre o questionamento acerca dos fins, dos meios ou dos custos sociais da política monetária, mantendo tais dimensões fora do horizonte do dizível legítimo. A função ideológica predominante consiste, assim, em naturalizar um arranjo de sentido no qual a decisão aparece como resposta objetiva a constrangimentos técnicos, reforçando a doxa vigente e reduzindo o espaço de problematização pública alternativa.

Considerações Finais

Este artigo apresentou o Protocolo Retórico-Problematológico de Análise do Discurso (PROPAD), estruturado em seis etapas, concebido como um dispositivo crítico de leitura: um modo sistemático de restituir ao discurso sua dimensão interrogativa, frequentemente soterrada sob a autoridade da resposta estabilizada. Ancorado na Problematologia de Michel Meyer, em diálogo orgânico com a Nova

Retórica e com a Análise do Discurso de inspiração crítica, o protocolo integra, em um mesmo gesto analítico, a reconstrução do problema-motriz, a descrição do regime de racionalidade que governa a passagem da questão à resposta e a avaliação dos efeitos pragmáticos, simbólicos e ideológicos dessa resposta no espaço social do sentido.

A aplicação do PROPAD ao comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom), de 29 de janeiro de 2025, evidenciou sua capacidade integradora e heurística, ao demonstrar que o discurso não se limita a comunicar uma decisão técnica, mas opera como uma engenharia retórica de gestão do problema. A análise permitiu reconstruir o pronunciamento como um dispositivo discursivo integrado, no qual cada nível — interrogativo, retórico, simbólico e ideológico — converge para a estabilização de uma resposta apresentada como necessária. Tomadas em conjunto, as seis etapas da análise permitem demonstrar: (i) que o problema-motriz do discurso não se reduz à “inflação elevada”, mas consiste na desancoragem das expectativas em um contexto de transição institucional; (ii) que a operação dominante do texto é híbrida, articulando uma disjunção exploratória — materializada na enumeração sistemática de riscos e incertezas — a uma conjunção decisória concentrada no gesto final de deliberação; (iii) que a pertinência externa é elevada em relação ao auditório especializado, mas assimétrica no campo social mais amplo, no qual os custos distributivos da decisão são recobertos por uma semântica de prudência e estabilidade; (iv) que a pertinência interna revela uma arquitetura persuasiva coesa, na qual a abertura analítica funciona como condição de legitimação do fechamento normativo; (v) que a pertinência simbólica não promove uma reconfiguração inovadora do campo semântico, mas consolida o enquadramento da ortodoxia técnico-monetária, ressignificando o custo recessivo como “suavização” e “estabilização”; e (vi) que, no plano ideológico, o discurso opera predominantemente por reforço naturalizante, convertendo uma escolha política institucionalmente estabelecida — a primazia do controle inflacionário — em imperativo técnico, operando o ocultamento do questionamento social.

Em síntese, o texto configura um problema-motriz específico — a desancoragem das expectativas em um contexto de incerteza institucional — e o administra por meio de uma engenharia que articula disjunção exploratória e conjunção decisória: a multiplicação cautelosa de riscos e condicionantes amplia inicialmente o campo do questionável, apenas para, em seguida, concentrá-lo em um gesto de fechamento normativo que neutraliza alternativas. Essa dinâmica se

reproduz nos planos da pertinência externa, interna e simbólica, produzindo um *ethos* de prudência técnica, uma arquitetura formal coesa e um enquadramento semântico que desloca o problema do campo do conflito político para o da necessidade técnica. O efeito global dessa convergência é ideológico: o questionamento social acerca dos fins, dos meios e dos custos da política monetária é progressivamente refreado, enquanto a decisão é naturalizada como evidência racional incontornável. O caso do Copom mostra, assim, que o discurso institucional não apenas responde a problemas, mas decide quais problemas podem continuar a ser formulados — e quais devem ser silenciados.

Esse conjunto de resultados confirma um ponto central do protocolo: a eficácia do discurso institucional não reside na novidade argumentativa, mas na articulação funcional entre prudência analítica e autoridade normativa — ou, em termos problematológicos, entre a exploração disjuntiva do risco e o fechamento conjuntivo da decisão. A decisão aparece como “necessidade técnica” não porque uma suposta realidade econômica a imponha de forma incontornável, mas porque a arquitetura discursiva transforma risco em imperativo e alternativa em desvio, redistribuindo o espaço do pensável e do deliberável.

O caso analisado evidencia, assim, que o PROPAD não é apenas um instrumento descritivo, mas um método de inteligibilidade crítica da economia do sentido, capaz de tornar visível aquilo que o discurso tende a naturalizar. Compreender uma resposta, nesse horizonte, significa compreender como ela administra um problema e, sobretudo, o que ela decide que não pode mais ser perguntado. O alcance do protocolo extrapola o domínio econômico. O PROPAD oferece uma via sistemática para a análise de discursos políticos, midiáticos e institucionais que, sob a retórica da neutralidade técnica, administram o dissenso por meio do fechamento simbólico do problemático. Cabe ao analista, nesse quadro, explicitar criticamente os limites do questionável instituídos pelo discurso, preservando o espaço da interrogação pública contra sua conversão em necessidade objetiva.

O convite final não é à adesão dogmática ao protocolo, mas ao seu uso crítico: aplicá-lo, testá-lo, contrastá-lo com outros regimes discursivos e ampliá-lo para *corpora* digitais e multimodais. Seu propósito último não é encerrar debates, mas reabrir questionamentos — e, com eles, o próprio espaço social do sentido.

Fonte

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Copom eleva a taxa Selic para 13,25% a.a.** Brasília, 29 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20516/nota>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Referências

ARISTOTLE. **On Rhetoric**: a theory of civic discourse. Translated by George A. Kennedy. 2nd edition. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. 3. ed. London: Routledge, 2015.

MEYER, M. **La problématique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

MEYER, M. **Of problematology**: philosophy, science, and language. Translated by David Jamison in collaboration with Alan Hart. Chicago: University of Chicago Press, 1995a.

MEYER, M. Problématique et argumentation – ou la philosophie à la rencontre du langage. **Hermès**. Argumentation et rhétorique, v. 15, p. 145-154, 1995b.

MEYER, M. **Qu'est-ce que le refoulement?** Paris: Éditions de L'Herne, 2012.

MEYER, M. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Tradução de António Hall. Lisboa: Edições 70, 1998.

MEYER, M.; CUSHMAN, M. L. Argumentation in the light of a theory of questioning. **Philosophy & Rhetoric**, v. 15, n. 2, p. 81-103, 1982.

PERELMAN, Ch.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Traité de l'argumentation**: la nouvelle rhétorique. Paris, Presses Universitaires de France, 1958.

SILVA, J. T. F. A diferença problematológica. In: AZEVEDO, Isabel Cristina Michelin de et alii. **Problematologia**: linguagem, argumentação e retórica. Minicurso, 30 h, UFS, 16 out. 2005. Apresentação oral, realizada por Google Meet.

WALTON, D.; REED, Ch.; MACAGNO, F. **Argumentation Schemes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WODAK, R; MEYER, M. (org.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. 3. ed. London: Sage, 2016.